

**A. I. Nº** - 207103.0016/22-3  
**AUTUADO** - TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - LAUDELINO PASSOS DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 13.12.2022

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0213-05/22-VD**

**EMENTA:** ICMS. **1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. **a)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAIS DE USO E CONSUMO. Os discos de polimento e abrasivos se mostram como materiais intermediários do processo industrial praticado pela autuada. Irregularidade improcedente. **b)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. CLÁUSULA FOB. Contribuinte reconhece a cobrança efetivada. Irregularidade procedente. **3.** FALTA DE RECOLHIMENTO. SAÍDAS PARA A ZOFRAMA. Contribuinte reconhece a cobrança efetivada. Irregularidade procedente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Cabe inicialmente registrar que o presente relatório obedece às premissas estabelecidas no inciso II, do art. 164 do RPAF-BA, mormente quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da sumulação dos pronunciamentos dos participantes processuais, especialmente direcionado para as sessões virtuais de julgamento.

O lançamento de ofício em tela, lavrado em 13/06/2022, no total histórico de R\$ 39.595,12, apresenta o seguinte resumo:

**Infração 01 - 006.002.001** – Falta de pagamento da diferença de alíquota (DIFAL), nas aquisições interestaduais de materiais de uso e consumo (abrasivos e discos de polimento).

Fundamentação legal, data da ocorrência dos fatos geradores e valores consignados se encontram no corpo do auto de infração.

**Infração 02 - 006.003.001** - Falta de pagamento da diferença de alíquota (DIFAL), em face da utilização de serviços originados em outros Estados (cláusula FOB), mas vinculados a operações sem incidência do imposto (retorno de mercadorias enviadas para conserto).

Fundamentação legal, data da ocorrência dos fatos geradores e valores consignados se encontram no corpo do auto de infração.

**Infração 03 - 014.001.008** - Falta de pagamento de ICMS, devido nas saídas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus (Zoframa), destinadas para uso, consumo ou ativo fixo, não beneficiadas com desoneração do imposto.

Fundamentação legal, data da ocorrência dos fatos geradores e valores consignados se encontram no corpo do auto de infração.

Entre outros documentos, foram anexados ao lançamento de ofício, nesta ordem (fls. 08/38): termos de intimação para apresentação de documentos, demonstrativo analítico do valor calculado da DIFAL, Resol. Probahia 11/2003, certificado de habilitação de diferimento, descritivo da função exercida pelos abrasivos e discos de polimento, demonstrativo analítico da DIFAL sobre as prestações de serviços de transporte, demonstrativo analítico das saídas para a Zoframa não tributadas, comprovante do não cadastro do estabelecimento autuado no Estado do Amazonas, CD contendo arquivos eletrônicos.

Na sua impugnação (fls. 43/53), o contribuinte:

Reconhece como procedentes as infrações 02 e 03, declarando que já providenciou o seu recolhimento.

Discorda da infração 01 sustentando que as mercadorias objeto da cobrança traduzem materiais secundários, usados na produção de pisos e revestimentos, consoante conceito difundido pela legislação tributária e pela jurisprudência, inclusive do CONSEF. Assim, por serem insumos e não materiais de uso e consumo, descabe o diferencial de alíquota.

Afirma que os abrasivos e os discos de polimento entram em contato direto com os itens fabricados e são consumidos no processo de acabamento, etapa imprescindível para conferir ao produto final as especificações requeridas pelo mercado. Logo, jamais poderiam ser classificados como material de uso e consumo.

Entende ser *material de uso e consumo* a mercadoria não usada diretamente no processo produtivo e, por conseguinte, usada nas atividades de apoio administrativo e comercial. Ainda que sejam necessários ao funcionamento da empresa como um todo, não é considerado indispensável ao processo industrial propriamente dito. Estão nessa categoria os papéis para escritório, as lâmpadas e o material de limpeza, por exemplo.

Todavia, os abrasivos e os discos de polimento em nada se assemelham a tais itens, sendo utilizados direta, imediata e integralmente no processo de industrialização de pisos e revestimentos realizado pela defendente.

Junta “LAUDO TÉCNICO DO PROCESSO PRODUTIVO DA TECNOGRES”, assinado por seu responsável técnico Geovani Cotas Gonçalves, engenheiro com inscrição no CREA nº. 1419154095, e pelo gerente de qualidade Edimário Jesus, CPF nº. 033.088.415-84, que detalha o emprego de ambos os itens na produção da impugnante, a saber:

*O processo industrial de fabricação de porcelanato da Tecnogres possui diversas etapas, sendo a etapa final denominada de acabamento.*

*O presente Laudo Técnico irá tratar especificamente da etapa de acabamento.*

*Nessa etapa, as peças de porcelanato avançam de forma contínua pela linha de produção passando por várias máquinas politrizes as quais promovem a transformação do produto em elaboração (semiacabado) em produto final.*

*O acabamento pode ser desmembrado em duas etapas principais: o nivelamento ou calibração e o polimento.*

Acrescenta que, na primeira etapa do acabamento, “*as peças são colocadas em contato com abrasivos, os quais em alta rotação e velocidade controlada, na presença de água como fluido de lubrificação, nivelam a superfície do piso, removendo uma grande quantidade de material (esmalte)*”.

Ainda de acordo com o laudo, assegura que os abrasivos correspondem a placas granuladas que são acopladas a máquinas giratórias denominadas politrizes rotativas. Essas placas, girando em alta e constante velocidade, entram em contato diretamente com as peças de porcelanato em fabricação (pisos e revestimentos), de modo a nivelá-las.

Prossegue trazendo trechos do laudo:

*Os abrasivos são insumos essenciais para a produção de pisos de porcelanato, sendo consumidos por desgaste direto (contato) com o produto em elaboração para que este adquira as características requeridas para passar para a fase de polimento.*

*Sem o uso dos abrasivos não é possível produzir pisos de porcelanato com a qualidade requerida pelo mercado consumidor, pois essa etapa remove os excessos de material e realiza a calibração das peças.*

*O desgaste sofrido pelos abrasivos pelo contato direto com o porcelanato resulta que sejam trocados a cada 4 horas ou a aproximadamente 800m<sup>2</sup> de produção.*

Informa que os discos são empregados de forma semelhante na segunda etapa do acabamento (polimento); também são acoplados a máquinas polidoras giratórias e a sua granulometria “*gradativamente diminui para produzir a textura final (rugosidade) e alto brilho, de forma a atender as especificações requeridas pelo mercado consumidor*”, como demonstram as fotos constantes do laudo. Traz, em complemento, o detalhamento do processo:

*Nessa etapa, são usados diversos tipos de discos, os quais inicialmente aquecem e limpam as peças. Depois de limpas, as peças recebem a aplicação de um fluido selante (gloss), composto de nano partículas, que é espalhado por discos, com a finalidade de fechar os micros poros das*

*peças (o que reduz a capacidade de absorção superficial) e finalmente utilizamos um set de discos para promover a limpeza final das peças.*

*Só após o polimento as peças apresentam as especificações requeridas pelo mercado para sua comercialização: padronização de espessura, coeficiente de absorção, textura (rugosidade) e brilho.*

Reporta-se ao depoimento dos técnicos de produção no sentido destes concluírem pela essencialidade dos discos de polimento à produção da Autuada, vez que sem sua utilização “*não é possível produzir pisos de porcelanato com a qualidade requerida pelo mercado consumidor, pois essa etapa impermeabiliza (fecha os micro poros) e abre o brilho*”. Ditos discos também se desgastam no processo produtivo, em situação semelhante à dos abrasivos.

Conclui dizendo que os abrasivos e os discos de polimento não apenas entram em contato direto com o produto final, como também lhe modificam de forma definitiva a natureza e o aspecto, de modo que sua exclusão comprometeria de forma irremediável o processo produtivo.

São, inelutavelmente, materiais secundários – também conhecidos como produtos intermediários de produção.

Ocupa-se, na sequência, em fornecer definições sobre insumos, pontuando que os materiais secundários/produtos intermediários são itens adquiridos pelas indústrias e tranquilamente considerados pelo ordenamento jurídico como insumos. Conquanto não se confundam com a matéria-prima, a qual corresponde ao material-base do produto, os materiais secundários são consumidos de forma direta, imediata e integral no processo produtivo, alterando as características do produto final em função do contato. Sua utilização, portanto, é perfeitamente identificável no produto – no caso dos pisos e revestimentos, nivelamento e brilho (polimento) são resultado direto da ação dos abrasivos e discos.

Lembra de ser notória a distinção entre os gêneros “*insumo*” e “*material de uso e consumo*”, calcada no parâmetro de afetação do bem no processo produtivo da empresa: assim, se o produto fica à margem do processo produtivo, enquadra-se como de uso e consumo, sem qualquer controvérsia; mas se ele participa diretamente do processo produtivo, corresponde a insumo. E somente dentro do gênero insumo é que se diferencia o produto intermediário da matéria-prima. Para que um item seja considerado material intermediário, precisa ser indispensável ao processo produtivo, entrar em contato com o produto final e se desgastar em decorrência de sua participação no processo industrial – sem, no entanto, sua substância compor a base do produto acabado. Já a matéria-prima é a própria base que sofre a alteração física por força da ação do produto intermediário/material secundário, integrando de forma substancial o produto final.

Cita precedentes deste Conselho, espelhados nos Ac. CJF Nº 0300-12/09 (29/09/2009) e JJF Nº0088-04/15 (21/05/2015), compilando ainda fragmentos da última decisão mencionada e destacando que a conjuntura ali analisada é, em tudo, semelhante à ora sob discussão:

*E neste momento, importa destacar o seguinte enxerto de voto prolatado pela 1ª CJF (Acórdão nº 0136-11/07) que embora esteja voltado para as empresas de mineração, aponta de forma bastante elucidativa a questão a respeito de produtos intermediários e de material de uso e consumo:*

*“...tanto materiais de consumo quanto produtos intermediários, são ‘consumidos’ pelo estabelecimento (...), porém o que importa para a sua caracterização legal é onde o consumo acontece: se o bem é consumido em função e como resultado de sua participação direta no processo de fabricação do produto da empresa, então há que se denominá-lo de produto intermediário, caso contrário, deve ser definido como material de consumo”.*

*Neste contexto e restando provado nos autos que as “esferas de moinho” são utilizadas diretamente na atividade de fabricação das cerâmicas e havendo seu desgaste resultante desta atividade direta, somente posso concluir que é produto indispensável à atividade do impugnante, caracterizando-se como produto intermediário.*

Por conseguinte, os abrasivos e discos de polimento, na condição de materiais secundários, se enquadram como insumos, usados no processo produtivo da empresa, sendo insubsistente a cobrança da DIFAL.

Ao final, requer (i) o acolhimento da defesa a fim de ser julgada totalmente improcedente a autuação, posto demonstrado que os ABRASIVOS e os DISCOS DE POLIMENTO correspondem a produto intermediário (material secundário) do seu processo produtivo, sujeito a diferimento na entrada, e não a material de uso e consumo, como equivocadamente constou da autuação; e (ii) protesta pela juntada de todos os meios de prova em direito admitidos, como diligências,

perícias, juntada posterior de documentos, pareceres e decisões dos Tribunais Administrativos e Judiciais, inclusive em contraprova e revisão do lançamento.

Juntados pela defendente (fls. 54/90): (i) instrumentos de representação legal; (ii) guias e comprovantes de recolhimento de parte do auto de infração (iii) laudo técnico do processo industrial do estabelecimento autuado; (iv) *pen-drive* contendo arquivos eletrônicos.

No seu informativo fiscal (fls. 94/97, frente e verso), o autuante:

Retrata que a impugnante é beneficiária de incentivos fiscais previstos no *Probahia*, concedidos através das Resoluções 11/2003, 15/2008 e 51/2014 (reti-ratificativas), designadamente crédito presumido sobre 95% do ICMS incidente nas operações de saídas de pisos e revestimentos, além de diferimento do pagamento do imposto relativo às importações e DIFAL de mercadorias caracterizadas como bens do ativo fixo.

Pontua que recebeu do autuado fluxograma do processo de fabricação dos produtos acabados, oportunidade em que constatou que os abrasivos e discos de polimento, não obstante participarem do processo, se encaixavam como materiais de uso e consumo, de acordo com a legislação de regência e posicionamentos administrativos acerca da matéria.

Relembra o texto do Parecer Normativo 01/81, o qual define material intermediário aquele que, não sendo matéria-prima, não integra o produto final (exceto em resquícios de modo eventual e indesejado), mas atuando no processo de industrialização de maneira intrínseca e essencial, nele se consumindo a cada participação, a exemplo dos elementos usados na filtragem de insumos e produtos acabados.

Já os materiais de uso e consumo não participam intrinsecamente do processo produtivo, embora nele seja consumido, a exemplo dos sabões usados para lavar maquinários.

Recorda também que nos idos de 2001 foi apresentado um estudo classificando os materiais de acordo com a sua função no processo produtivo, a saber: (i) usados no tratamento de água de refrigeração; (ii) usados para tratamento de efluentes; (iii) usados para limpeza; (iv) usados na área de segurança; (v) peças de reposição; (vi) usados em laboratório; (vii) usados na manutenção; (viii) usados em paradas técnicas de plantas; (ix) usados no tratamento de água de caldeiras; e (x) usados na proteção, lubrificação e refrigeração de equipamentos.

Traz a definição concebida no referido estudo para peças de reposição, vale dizer, componentes de equipamentos que se desgastam ao longo do processo produtivo, repostos de tempos em tempos para garantirem o perfeito funcionamento dos equipamentos. Não se enquadram como bens do ativo fixo porque normalmente possuem uma vida útil inferior a um ano.

Em vista destas definições, entende que os abrasivos e os discos de polimento são materiais de uso e consumo, posto que atuam extrinsecamente no processo produtivo, não são consumidos a cada participação dele e não fazem parte do produto acabado.

Sublinha que os abrasivos são trocados a cada quatro horas ou a cada 800 m<sup>2</sup> de produção, apresentando vida útil não coincidente a cada participação no processo produtivo, sendo, em essência, peças de reposição, conforme assinala a impugnante, ao afirmar serem placas granuladas acopladas a máquinas giratórias nominadas de politrizes rotativas.

No mesmo sentido, revela que os discos de polimento também são peças de reposição, nos seus diversos tipos com função de aquecer e limpar as peças, acoplados a máquinas polidoras giratórias.

Sintetiza dizendo que ambos os materiais são peças de reposição.

Denuncia que o laudo acostado pela defendente só faz confirmar que os abrasivos e discos de polimento constituem peças de reposição, porquanto são acoplados às máquinas politrizes e polidoras, ocasião em que os pisos e revestimentos são desbastados e polidos sem que os resíduos dos dois primeiros sejam incorporados aos produtos acabados.

Pormenoriza assegurando que os porcelanatos são nivelados e calibrados pelos abrasivos com malhas diferentes; os abrasivos, acoplados às politrizes, removem o excesso de esmalte aplicado na superfície do produto acabado; já os discos de polimento não têm participação intrínseca, tampouco são consumidos imediatamente, desgastando-se com o uso contínuo até ser substituído.

Menciona que a defendente formulou consulta junto a Ditri/Sefaz baiana para saber se as esferas inseridas no moinho de argila (dentro do qual é feita a base dos pisos e revestimentos) seriam insumos, pois com a continuação do uso vão sendo consumidas e incorporadas à massa de argila, matéria-prima dos produtos acabados. Em resposta, o Estado negou a condição de material intermediário às esferas, qualificando-as como material de uso e consumo, excluindo-as das hipóteses contempladas com o benefício do diferimento. Parecer fazendário final é colado à peça informativa (fl. 97).

À vista do entendimento daquele órgão fazendário, conclui que nem todo material empregado no processo produtivo pode ser classificado como material intermediário, sendo necessário saber qual a função dele na produção e a sua relação com o produto. Logo, nem todo material de uso e consumo está restrito à área comercial ou administrativa de uma indústria.

Após as medidas instrutórias tomadas, entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos probatórios trazidos aos autos, estando o PAF devidamente instruído, não havendo necessidade, nos termos do art. 147, I, “a”, do RPAF-BA, de qualquer dilação probatória, inclusive diligência ou perícia.

Passo, então, a compartilhar o meu voto. É o relatório.

## VOTO

Do ponto de vista formal, a autuação obedece aos requisitos de lei. Inexistem pontuações pelo órgão de preparo de haver manifestos intempestivos. Representação legal admitida. Princípios processuais administrativos também observados.

Inexiste discussão a respeito das infrações 02 e 03, até porque o autuado reconheceu a pertinência da cobrança e afirma que efetivou a sua quitação. De fato, há prova de recolhimentos relacionados a este PAF, documentos juntados às fls. 73 a 76, cujo montante haverá de ser homologado pelo servidor fazendário com competência para tal mister.

A primeira irregularidade alude a falta de pagamento da diferença de alíquota, em aquisições interestaduais de, segundo a auditoria, materiais de uso e consumo. O contraponto empresarial reside em considerar os produtos afetados na autuação – abrasivos e discos de polimento – como materiais intermediários.

Não se discute aqui o direito ao crédito nestas operações, mas o dever do sujeito passivo recolher ou não a DIFAL quando das suas aquisições originadas de outras unidades federativas.

Primeiro é preciso saber se os itens objeto do lançamento de ofício representam materiais de uso e consumo ou materiais intermediários. Neste particular, inexistem divergências entre o fisco e o contribuinte quanto **ao modo como agem** as mercadorias alcançadas no auto de infração, dentro do processo produtivo, à vista do laudo técnico constante nos autos.

Advirta-se inicialmente que cada estabelecimento industrial tem as suas tipicidades no sequenciamento do processo produtivo, de maneira que não é o tipo de produto que irá qualificá-lo como material de uso e consumo ou material intermediário, mas *como ele age dentro do processo de fabricação*.

Os abrasivos são usados para desbastarem os pisos e revestimentos fabricados pela impugnante. São usados nas politrizes e especificamente atuam no intuito de nivelar e calibrar os porcelanatos removendo o excesso de esmalte aplicado na superfície do produto acabado.

Mais especificamente: os pisos e revestimentos, em fase final de elaboração, são colocados em contato com os abrasivos, os quais em alta rotação e velocidade controlada, na presença de água como fluido de lubrificação, nivelam a superfície do piso, removendo uma grande quantidade do esmalte.

Por sua vez, os discos de polimento são acoplados a máquinas polidoras giratórias, e a sua granulometria *“gradativamente diminui para produzir a textura final (rugosidade) e alto brilho, de forma a atender as especificações requeridas pelo mercado consumidor”*, nos dizeres dos técnicos signatários da descrição carreada às fls. 60 a 69.

Inicialmente, aquecem e limpam os pisos e revestimentos em fase de elaboração. Depois de limpas, as peças recebem um fluido selante (*gloss*), composto de nano partículas, que é espalhado por discos, com a finalidade de fechar os microporos das peças, reduzindo a capacidade de absorção superficial, para, finalmente, promoverem a limpeza final das peças.

Ambos os produtos são empregados na fase final de acabamento dos pisos e revestimentos. Não há dúvidas que interagem diretamente com o produto em elaboração e periodicamente e em relativo espaço de tempo são desgastados e substituídos. Não podem ser qualificados como peças de reposição porque não são essenciais ao funcionamento de máquinas, aparelhos ou equipamentos, mas, instalados em um deles, afinam a superfície esmaltada dos produtos acabados e lhe dão o polimento necessário para as especificações de mercado.

Pela evolução do conceito de material intermediário, à luz da legislação e do entendimento jurisprudencial e administrativo, não necessariamente dito produto precisa ser inutilizado em cada participação do processo produtivo.

De modo geral, na indústria de pisos e revestimentos (em pedras naturais ou cerâmicas), os abrasivos e discos de polimento vem ultimamente sendo considerados materiais intermediários, inclusive por parte deste Conselho. Cite-se, a propósito, as seguintes decisões, ementas abaixo reproduzidas:

PROCESSO - A. I. Nº 269133.0601/11-6  
RECORRENTES - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e GRANÍFERA SOCIEDADE BAHIANA INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.  
RECORRIDOS - GRANÍFERA SOCIEDADE BAHIANA INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA. e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECURSOS - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO –  
Acórdão 4º JF nº 0259-04/13  
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 13/04/2016  
1º CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL  
ACÓRDÃO CJE Nº 0026-11/16  
EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) SEM APRESENTAÇÃO DO COMPETENTE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO. Infração Caracterizada. b) REFERENTE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração parcialmente subsistente. Refeitos os cálculos com exclusão dos bens adquiridos que se desgastam em contato direto e imediato com o produto final. Modificada a Decisão. 2. REMESSA INTERESTADUAL DE BENS PARA DEMONSTRAÇÃO FORA DO ESTADO. FALTA DE PAGAMENTO. Não comprovado o retorno da mercadoria. Infração subsistente. Mantida a Decisão. 3. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. a) EXPORTAÇÃO INDIRETA. b) EXPORTAÇÃO DIRETA. Não comprovada a efetivação da exportação das mercadorias. Infração caracterizada. Mantida a Decisão. 4. DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAIS PARA USO E CONSUMO. Refeito os cálculos com exclusão dos bens adquiridos que se **desgastam em contato direto e imediato com o produto final**. Reduzido o débito. Infração parcialmente subsistente. Reformada a Decisão. 5. RECOLHIMENTO A MENOS. a) VENDA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS A NÃO CONTRIBUINTES DO ICMS COM ALÍQUOTA INTERESTADUAL. b) VENDAS DE PRODUTO A CONSUMIDOR SEM INCLUSÃO DO IPI NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. Infrações caracterizadas. Mantida a Decisão. 6. ESTORNO DE DÉBITO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. Infração caracterizada. Mantida a Decisão. 7. DOCUMENTOS FISCAIS. ENTRADA DE MERCADORIA TRIBUTÁVEL NO ESTABELECIMENTO SEM REGISTRO FISCAL. MULTA. Infração caracterizada. Reduzido de ofício o percentual da multa. Afastado a preliminar de mérito de decadência. Vencido o voto da relatora. Decisão por maioria. Recurso de Ofício NÃO PROVIDO. Decisão unânime. Recurso Voluntário PARCIALMENTE PROVIDO. Decisão não unânime quanto ao mérito das infrações 12 e 13.

Válido ainda trazer trechos do julgado:

No que se refere à infração 13, observo que o diligente da ASTEC excluiu do demonstrativo relativo a infração 12, relativo a aquisições de sapatas (Abrasivo Diamantado – Os abrasivos diamantados são uma variante dos abrasivos. Este material é utilizado na primeira fase do polimento das chapas, ou seja, a etapa inicial do processo de polimento. Da mesma forma, o produto reage com a superfície da rocha, tornando-a mais lustrosa), mas não fez a exclusão do valor correspondente na infração 13.

...

Pelo exposto, considerando que este produto se desgasta em contato direto com o produto final (chapas), é admissível a utilização do crédito fiscal, conforme anteriormente apreciado.

Veja-se ainda este outro julgado:

PROCESSO - A. I. Nº 206973.0003/16-5  
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECORRIDO - PAPAIZ NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 5ª JF nº 0085-05/17  
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA PUBLICAÇÃO –  
INTERNET 26/02/2018  
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL  
ACÓRDÃO CJF Nº 0001-11/18

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL INDEVIDO. a) AQUISIÇÕES DE BENS DO ATIVO PERMANENTE. A autuante, ao elaborar o levantamento inicial, não observou que, em alguns meses, o contribuinte estornou valores dentro dos respectivos períodos de apuração, conforme planilha apresentada na impugnação, corretamente acatada na informação fiscal. b) AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE USO E CONSUMO. Os produtos aplicados no **polimento** entram em contato direto com a matéria prima, desgastam-se em função desse contato e são indispensáveis no processo produtivo. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. a) AQUISIÇÕES DE BENS DO ATIVO PERMANENTE EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. Restou comprovado que o recorrido era detentor do benefício do diferimento para o momento da desincorporação (Resolução do Conselho Deliberativo do Programa Desenvolve nº 71/2005). b) AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS DESTINADAS AO USO E CONSUMO. Os produtos aplicados no polimento entram em contato direto com a matéria-prima, desgastam-se em função desse contato e são indispensáveis no processo produtivo. Mantida a Decisão recorrida. Recurso NÃO PROVIDO. Decisão unânime.

Assim, conforme já enunciamos em processo anterior (AI 207103.0017/22-0), envolvendo a mesma matéria, os mesmos produtos e o mesmo estabelecimento autuado, o nosso entendimento vai na linha de considerar os discos de polimento e abrasivos materiais secundários e, portanto, insumos da produção. Logo, não se sujeitam ao pagamento do diferencial de alíquota, quando adquiridos de outros Estados.

Neste dizer, considera-se improcedente a infração 01.

Isto posto, é o auto de infração PROCEDENTE EM PARTE, no montante histórico de R\$ 24.693,41, haja vista a procedência das infrações 02 e 03.

Como dito, deverá o servidor fazendário competente homologar os valores já recolhidos e comprovados nos autos.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 207103.0016/22-3, lavrado contra **TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 24.693,41**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “a” e “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 10 de novembro de 2022.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR